

A CODIFICAÇÃO DE ARGUMENTOS NO VERBO IKPENG (KARÍB)

Filipe Hisao de Salles Kobayashi¹

Marília Lopes da Costa Facó Soares²

filipe.hisao@gmail.com

marilia.faco@gmail.com

RESUMO: O presente artigo tem como base teórica a Morfologia Distribuída (Halle e Marantz, 1993) e apresenta dois objetivos principais. O primeiro deles é descritivo: reanalisar os marcadores verbais de pessoa do Ikpeng (uma língua da família Karíb) como clíticos e os sufixos de número como resultado da operação de Fissão nesses clíticos. O segundo objetivo é teórico: explorar o poder explicativo do Spellout modular de Arregi e Nevins (2012). Fazemos uma proposta da derivação do verbo Ikpeng na sintaxe e na pós-sintaxe, demonstrando como a interação de diferentes operações morfológicas pode dar conta de efeitos de hierarquia de pessoa e de posicionamento de morfemas.

PALAVRAS-CHAVE: Ikpeng; Línguas Karíb; Morfologia Distribuída; Operações pós-sintáticas.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste em uma análise preliminar sobre a codificação dos argumentos no verbo do Ikpeng, uma língua da família Karíb³. O presente trabalho almeja alcançar dois objetivos: (i) propor uma nova descrição dos morfemas marcadores de argumentos na língua Ikpeng; e (ii) demonstrar como a organização da gramática da Morfologia Distribuída permite solucionar alguns desafios de análise da codificação de argumentos na língua. Acreditamos que a natureza desses desafios (efeitos de hierarquia de pessoa, morfemas descontínuos) não é sintática, mas sim morfológica (e, portanto, pós-sintática).

Situando-nos no quadro teórico da Morfologia Distribuída (Halle e Marantz, 1993),

¹ Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro – MN/UFRJ. Bolsista de Iniciação Científica, CNPq.

² Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro – MN/UFRJ. Bolsista de Produtividade em Pesquisa IC, CNPq.

³ O Ikpeng é atualmente falado no Parque Indígena do Xingu. Para informações sobre o povo Ikpeng, ver, por exemplo, o site que, mantido pelo Instituto Socioambiental, é voltado para povos indígenas no Brasil: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/ikpeng> .

adotaremos a arquitetura do componente pós-sintático proposta em Arregi e Nevins (2012), que propõem uma estrutura modular do Spellout. Acreditamos que a proposta dos autores de um ordenamento das regras pós-sintáticas é essencial para estruturar firmemente as análises.

O trabalho se organiza da seguinte maneira: apresentamos em 1 a descrição da codificação de argumentos do Ikpeng como descritos por Chagas (2013); em 2, de forma breve, os pressupostos teóricos de nossa análise; em 3, propomos uma reanálise dos prefixos pessoais do Ikpeng como clíticos e dos morfemas de plural como resultado de Fissão; em 4, formalizamos o caminho percorrido pelos marcadores de argumentos na sintaxe e na morfologia; e, em 5, apresentamos nossas conclusões.⁴

1. FATOS DESCRITIVOS

O Ikpeng, uma língua da família Karíb, teve aspectos de sua fonologia descritos por Emmerich (1980) e Campetela (2002); e aspectos mais gerais de sua gramática por Campetela (1997), Pacheco (1997, 2001) e, mais recentemente, por Chagas (2013). Este último trabalho, além de tratar da estrutura argumental do verbo Ikpeng sob uma perspectiva formal, revisitou toda a bibliografia anterior clarificando certos pontos ainda obscuros nas outras descrições. Por esse motivo, neste trabalho, construiremos nossa análise com base na descrição de Chagas (2013), sem, entretanto, deixar de lado os trabalhos anteriores sobre a língua.⁵

No que se refere aos morfemas marcadores de argumentos no verbo, Chagas (2013) esquematiza um quadro de prefixos pessoais com uma grande diferença dos apresentados anteriormente, e, além disso, oferece uma nova explicação para a ocorrência dos sufixos de número.

⁴ Abreviações usadas ao longo deste texto: π = traços pessoa; \surd = Raiz; 1 = primeira pessoa; 2 = segunda pessoa; 3 = terceira pessoa; 1+2 = primeira pessoa inclusiva; 1+3 = primeira pessoa exclusiva; 1/2 = morfemas portmanteaux que aparecem prefixados no verbo do Ikpeng nas configurações locais; A = sujeito transitivo; Abs = Caso absolutivo; ACC = acusativo; AE = argumento externo; AI = argumento interno; Aut = autor; C = núcleo complementizador; Cl = clítico; COL = coletivo; D = núcleo determinante; DE = descrição estrutural; dest = destinatário; Erg = Caso ergativo; F = traço; INTR = intransitivizador; ITER = iterativo; IV = item vocabular; MD = Morfologia Distribuída; ME = mudança estrutural; Mod = Modal; *n* = nominalizador; N.PAS = não passado; O = objeto; P = preposição (núcleo sintático); Part = participante; PAS.IM = passado imediato; PAS.N-IM = passado não imediato; PERM = permissão; PL = plural; POS = posse; POSP = posposição; REC = passado recente; Sa = sujeito intransitivo ativo; So = sujeito intransitivo inativo; T = núcleo temporal; v = verbalizador; $X > Y$ = traços de pessoa X do sujeito e traços de pessoa Y do objeto.

⁵ Todos os dados serão apresentados conforme a ortografia convencional para o Ikpeng, como consta em Chagas (2013) – o que cobre inclusive os dados de outras fontes. Isso foi feito com o intuito de uniformizar os dados. Caso haja algum problema nas transcrições, esse será de nossa inteira responsabilidade.

1.1 PREFIXOS PESSOAIS

Em Ikpeng, os traços de pessoa dos argumentos são codificados no verbo por meio de prefixos pessoais. Esses prefixos foram divididos em duas séries: série I, que marca o sujeito da oração transitiva e da intransitiva inergativa; e série II, que marca o objeto da oração transitiva, o sujeito da oração inacusativa, o possessor em construções genitivas e o complemento da posposição. Existe apenas uma ressalva nessa divisão: prefixos diferentes marcam a primeira pessoa sujeito de verbo transitivo e de intransitivo inergativo. Na tabela 1, pode-se observar o quadro dos prefixos pessoais esquematizado por Chagas (2013). Na literatura sobre o Ikpeng, considera-se haver uma alomorfa condicionada fonologicamente nos prefixos pessoais – antes de radicais C(onsoante)-inicial tais prefixos têm uma forma; antes de radicais V(ogal)-inicial apresentam uma outra. Provavelmente, algumas dessas alternâncias são de ordem fonológica e não de ordem morfológica, mas esta discussão foge ao propósito deste artigo.

PESSOA	VERBO TRANSITIVO				VERBO INTRANSITIVO			
	Série I (Função A)		Série II (Função O)		Série I (Função Sa)		Série II (Função So)	
	C- inicial	V- inicial	C- inicial	V- inicial	C- inicial	V- inicial	C- inicial	V- inicial
1	ye-	y-	ĩ-	g-	ko-	k-	ĩ-	g-
2	me-	m-	o-	w-	me-	m-	o-	w-
1+2	kut-	kut-	wĩ-	ug(w)-	kut-	kut-	wĩ-	ug(w)-
	e-	∅-	i-	y-	e-	∅-	ĩ-	y-
			tĩ-	t-				
<i>Morfemas Portmanteaux</i>	ko-	kw-	wĩ-	ug(w)-				
	(1Ax2O)		(2Ax1O)					

Tabela 1: Prefixos Pessoais do Ikpeng (adaptado de Chagas, 2013: 186)

Nas orações intransitivas, os prefixos pessoais marcam o único o argumento da sentença. Entretanto, existe uma cisão nos verbos intransitivos: alguns deles marcam os argumentos com prefixos da Série I e outros com prefixos da Série II. Essa cisão é geralmente referida como ativa/estativa, e o Ikpeng é descrito como uma língua ativa⁶. Georgi (2013)

⁶ Ver Seki (1990)

propõe que, no Ikpeng, e nas línguas ativas em geral, os argumentos externos recebem Caso Ergativo e os internos, Absolutivo. A autora ainda pontua que o nome dos casos acaba por não fazer muita diferença — o importante é que argumentos externos e internos tenham casos diferentes. Logo, a cisão ativo/estativo corresponderia à cisão inergativo/inacusativo. Entretanto, Chagas (2013) analisa os verbos intransitivos da maneira oposta: inativos como inergativos e os ativos como inacusativos. A diferença entre as análises decorre do tipo de critérios usados pelos autores: Georgi usa critérios morfossintáticos (os prefixos Sa, com exceção do de primeira pessoa, e os So são, respectivamente, os mesmo que marcam os AEs e AIs na sentença transitiva); já Chagas usa critérios semântico-lexicais (verbos intransitivos ativos são externamente causados como inacusativos, e os inativos são internamente causados como inergativos). No presente artigo, devido a nossa perspectiva teórica, analisaremos tal cisão como Georgi (2013). Vale notar que tal posição, relativamente à cisão dos intransitivos no Ikpeng, não afeta o principal da análise que se segue, uma vez que direcionamos o nosso foco, na codificação dos traços de pessoa no verbo Ikpeng, para a sentença transitiva.

Verbos intransitivos marcados por prefixos da Série I	Verbos intransitivos marcados por prefixos da Série II
a. k-omom-li 1Sa-entrar-PAS.IM 'Eu entrei'	b. i-mulukte-li 1Abs-tossir-PAS.IM 'Eu tossi'
c. m-omom-li 2Erg-entrar-PAS.IM 'Você entrou'	d. o-mulukte-li 2Abs-tossir-PAS.IM 'Você tossiu'
e. kut-omom-li 1+2Erg-entrar-PAS.IM 'Nós (incl.) entramos'	f. wĩ-mulukte-li 1+2Abs-tossir-PAS.IM 'Nós (incl.) tossimos'
g. ∅-omom-li 3Erg-entrar-PAS.IM 'Ele entrou'	h. i-mulukte-li 3Abs-tossir-PAS.IM 'Ele tossiu'

Tabela 2: Marcação de argumentos na oração intransitiva

Já nas orações transitivas, a marcação dos argumentos é restringida por efeitos de hierarquia de pessoa. Relativamente a efeitos de hierarquia de pessoa, queremos dizer que a marcação desses argumentos é determinada pelos traços de pessoa dos argumentos da oração. Quando o sujeito é de primeira pessoa, de segunda ou de primeira inclusiva e o objeto de terceira (ou seja, $1 > 3$, $2 > 3$ e $1+2 > 3^7$), o sujeito é marcado no verbo. Já no caso oposto,

⁷ Usamos a notação $X > Y$, como em Georgi (2013), simplesmente para indicar “traços de pessoa X do sujeito e traços de pessoa Y do objeto”, sem nenhuma referência aos efeitos de hierarquia de pessoa.

i.e., terceira pessoa sujeito e primeira, segunda ou primeira inclusiva objeto ($3 > 1$, $3 > 2$ e $3 > 1+2$), o argumento marcado no verbo é o objeto. Em situações em que um dos argumentos é de primeira e o outro é de segunda (isto é, as configurações locais $1 > 2$ e $2 > 1$), um único morfema marca ambos os argumentos (*morfema portmanteau*). Vale pontuar que o morfema que marca a configuração $2 > 1$ é o prefixo absolutivo de primeira pessoa inclusiva. Os dados podem ser vistos na tabela 3.

Relação $1 > 3$		Relação $3 > 1$	
a. ye-wopraption-li 1Erg-entristecer-PAS.IM 'Eu (o) entristeci'	b. y-apige-li 1Erg-arranhar-PAS.IM 'Eu (o) arranhei'	g. i-wopraption-li 1Abs-entristecer-PAS.IM '(Ele) me entristeceu'	h. g-apige-li 1Abs-arranhar-PAS.IM '(Ele) me arranhou'
Relação $2 > 3$		Relação $3 > 2$	
c. me-wopraption-li 2Erg-entristecer-PAS.IM 'Você (o) entristeceu'	d. m-apige-li 2Erg-arranhar-PAS.IM 'Você (o) arranhou'	i. o-wopraption-li 2Abs-entristecer-PAS.IM '(Ele) te entristeceu'	j. w-apige-li 2Abs-arranhar-PAS.IM '(Ele) te arranhou'
Relação $1+2 > 3$		Relação $3 > 1+2$	
e. kut-wopraption-li 1+2Erg-entristecer-PAS.IM 'Nós (incl.) (o) entristecemos'	f. kut-apige-li 1+2Erg-arranhar-PAS.IM 'Nós (incl.) (o) arranhamos'	k. wí-wopraption-li 1+2Abs-entristecer-PAS.IM '(Ele) nos entristeceu'	l. ugw-apige-li 1+2Abs-arranhar-PAS.IM '(Ele) nos arranhou'
Relação $1 > 2$		Relação $2 > 1$	
m. ko-wopraption-li 1/2-entristecer-PAS.IM 'Eu te entristeci'	n. kw-apige-li 1/2-arranhar-PAS.IM 'Eu te arranhei'	o. wí-wopraption-li 1/2-entristecer-PAS.IM 'Você me entristeceu'	p. ugw-apige-li 1/2-arranhar-PAS.IM 'Você me arranhou'
Relação $3 > 3$			
q. Ø-ip-li 3Erg-banhar-PAS.IM 'Ele (o) banhou'	r. t-ip-li 3-banhar-PAS.IM '(Ele) o banhou'		

Tabela 3: Marcação de argumentos na oração transitiva (dados de Chagas, 2013: 195-196, 198, 202)

Chagas (2013) propõe haver no Ikpeng um alinhamento (direto-)inverso, assim definido:

Uma língua possui um sistema (direto-)inverso quando a concordância no verbo transitivo se estabelece de maneira hierárquica com a pessoa que possui maior proeminência, topicalidade ou animacidade. Nessa hierarquia, os *Speech Act Participants* (SAP), primeira e segunda pessoa, são mais proeminentes que a terceira. (Chagas, 2013: 193)

Aqui, não laçaremos mão dessa nomenclatura, preferindo falar, em seu lugar, de efeitos de hierarquia de pessoa. Como veremos adiante, na seção 4.2, esses efeitos são epifenômenos, sendo resultado de operações no componente pós-sintático.

Sobre a configuração $3 > 3$, pouco sabemos até o momento, sendo que nenhum dos trabalhos consultados consegue motivar a escolha dos prefixos. Como podemos ver na tabela

acima, em (q) e (r), aparentemente, a escolha de qual argumento é marcado não influencia na semântica da sentença.

Sobre o morfema *portmanteau* /ko-/, que aparece prefixado ao verbo na configuração 1 > 2, seria possível dizer que se trata de uma combinação do prefixo Sa de primeira pessoa /k/ com o prefixo absolutivo de segunda pessoa /o/. Existem, entretanto, argumentos para não fazê-lo. O primeiro deles é que o /k/ é um morfema que marca a primeira pessoa apenas em orações intransitivas inergativas ou em reflexivas. Caso considerássemos que esse morfema está presente na configuração 1 > 2, teríamos que afirmar que na configuração 1 > 3, a terceira pessoa teria alguma influência na marcação do verbo, uma vez que é o único contexto em que o morfema /y(e)-/ aparece. Isso seria peculiar, pois em nenhum outro contexto a terceira pessoa afetaria de alguma forma a marcação verbal quando o outro argumento da sentença é um participante do discurso. Logo, considerar que, na forma /ko/ de 1 > 2, existe o prefixo de primeira pessoa /k/ seria inviável.

Outro argumento leva em consideração, como aponta Chagas (2013: 171), que nas línguas Karíb é comum a existência de um processo de mudança vocálica, o *ablaut*, que consiste na mudança da qualidade de vogais iniciais das raízes verbais, quando essas recebem determinados prefixos pessoais específicos (principalmente de primeira pessoa). Em Ikpeng, o /e/ inicial passa a [i], quando o prefixo *portmanteau* /ko/ é prefixado; entretanto, o mesmo não se dá com o morfema de segunda absolutiva /o/⁸. Logo, nos parece que o /ko/ é entendido pelos falantes como um único morfema.

(01) a. ko- emĩ -li [kimĩli]⁹

1/2- machucar PAS.IM

‘Eu machuquei você’

b. w- emĩ -li [wemĩli]

2Abs- machucar PAS.IM

‘Ele machucou você’

(Chagas, 2013: 172-173)

Isso fica ainda mais evidente quando nos voltamos para o Arara, língua Karíb muito próxima do Ikpeng, em que ambas as formas - a sequência /ko/ e o prefixo de segunda pessoa

⁸ Acreditamos que [w] seja uma realização do que para nós o morfema /o/ para evitar encontros hiatos. Apesar disso, fornecemos a representação fornecida por Chagas (2013).

⁹ Chagas (2013) faz uso de barras // nos dados em (01), mas aqui utilizamos colchetes para enfatizar que se trata de uma realização fonética.

/o/ - provocam o *ablaut*, diferentemente do que ocorre em Ikpeng (Chagas, 2013: 171 com base de dados de Souza, 1993). Esses fatos nos mostram que, em Arara, existem evidências para que se considere que /ko/ seja constituído por dois morfemas, mas seria mais difícil dizer o mesmo sobre o Ikpeng.

(02) a. k - Ø- ireḡmy¹⁰ -ly

1- 2- matar -REC

‘Eu matei você’

(Souza, 1993:34, apud Chagas, 2013: 211)

b. Ø - iremne -ly

2- descansar -REC

‘Você descansou’

(Souza, 1993: 14, apud Chagas, 2013: 210)

De qualquer forma, futuras investigações devem ser realizadas sobre a natureza desse morfema.

1.2 SUFIXOS DE NÚMERO

O número dos argumentos é codificado no verbo Ikpeng, no tempo do passado imediato, pelo sufixo /kom/, que, de acordo com Chagas (2013), marca a pluralidade de qualquer um dos argumentos da sentença. Por essa razão, a autora prefere não descrevê-lo como um morfema de concordância, como feito anteriormente por outros autores, mas sim como uma marca de coletividade (Chagas, 2013: 213). Como podemos ver em (03), isso inclusive confere certa ambiguidade à sentença.

(03) Sufixo de número /-kom/¹¹

a. m-eneng-li-ngmo

2Abs-ver-PAS.IM-PL

‘Você os viu’/‘Vocês o viram’/‘Vocês os viram’

¹⁰ O tema verbal ‘ereḡmy’ se inicia com /e/, tendo sofrido *ablaut* em (02).

¹¹ O sufixo /kom/ sofre metátese quando antecedido por uma vogal: /kom/ → [km]o. Depois, /k/ assimila o traço nasal de /m/: kmo → [ŋ]mo.

b. o-eneng-li-ngmo

2Erg-ver-PAS.IM-PL

‘Ele viu vocês’/‘Eles viram você’/‘Eles viram vocês’

(Chagas, 2013: 213)

O tempo passado não-imediato pode ser expresso por duas formas intercambiáveis, segundo Chagas(2013): *-tangte* e *-(u)mi*. No passado não-imediato, o próprio morfema de tempo expressa a pluralidade dos argumentos, com os respectivos alomorfes: *-tangtom* e *-tomĩ*. Chagas (2013) não comenta sobre quais argumentos são marcados por *tangtom* (sujeito ou objeto), mas no exemplo dado pela autora (que pode ser visto em (04c)), podemos verificar que ao menos o sujeito é marcado por esse morfema. Quanto a *tomĩ*, esse ocorreria apenas quando o sujeito estivesse no plural. Entretanto, não se apresenta nenhum dado em que o objeto esteja no plural.

(04) a. txikapnole Ø- ak -tangte wot
infância 3Erg comer PAS.N-IM. peixe
‘Ele comeu peixe na infância’

b. txikapnole Ø- ak -umi wot
infância 3Erg comer PAS.N-IM. peixe
‘Ele comeu peixe na infância’

c. txikapnole Ø- ak -tangtom wot
infância 3Erg comer PAS.N-IM.PL peixe
‘Eles comeram peixe na infância’

d. txikapnole Ø- ak -tomĩ wot
infância 3Erg comer PAS.N-IM.PL peixe
‘Eles comeram peixe na infância’

(Chagas, 2013: 142)

Chagas (2013) propõe que, tal como no passado não-imediato, a pluralidade dos argumentos no não passado é marcada justamente pelo morfema de tempo. Assim como o sufixo /kom/, *-tiit* marca a pluralidade de qualquer um dos argumentos. Já Pacheco (2001) segmentaria o morfema conforme consta em (06).

(05) a. *ugun*¹² Ø-ak-txi wot
 ele 3Erg-comer-N.PAS peixe
 ‘Ele come(rá) peixe’

 b. *ugyam* Ø-ak-tit wot
 eles 3Erg-comer-N.PAS.PL peixe
 ‘Eles comem/comerão peixe’

(Chagas, 2013: 136)

(06) a. k- inen -ti -t¹³
 1/2 ver PL N.PAS
 ‘Eu verei vocês’

(Pacheco, 2001: 87)

Ainda existe um outro sufixo de número que pode aparecer afixado ao verbo, /tom/, que aparece somente em sentenças interrogativas — provavelmente, apenas em perguntas sim/não (não encontramos nenhum dado em que esse morfema aparece em outro contexto). Chagas (2013: 216) apresenta um dado, reproduzido em (7b), em que, mesmo se tratando de uma pergunta, é o morfema /kom/ que marca a pluralidade no verbo.

(07) a. *kut-ot-akpi-tke-pom-tom*¹⁴
 1+2Erg-INTR-beber-ITER-PERM-PL
 ‘Nós podemos beber?’

 b. *onok pak m-ot-inmtong-li-ngmo*
 quem POSP 2Erg-INTR-cozinhar-PAS.IM-PL
 ‘Com quem vocês cozinham?’

Chagas (2013: 218)

¹² As formas *ugun* e *ugyam* são, na verdade, pronomes demonstrativos usados para indicar a terceira pessoa, uma vez que só existem pronomes pessoais de primeira e segunda pessoa. Deve-se pontuar que as formas pronominais livres poderiam estar ausentes da sentença.

¹³ O morfema de não passado /ti/ perde sua vogal ao ser antecedido por uma sílaba aberta integrante do morfema que o precede.

¹⁴ Não sabemos explicar a ausência do morfema de tempo nessa sentença. Talvez seja uma propriedade das perguntas sim/não.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A Morfologia Distribuída (doravante MD) é uma teoria da organização da gramática que recusa a hipótese Lexicalista, em que se propõe que, além de um sistema computacional que gera sentenças (a Sintaxe), haveria também um sistema computacional que gera palavras¹⁵. Contrariamente a essa última, na MD, existe apenas o sistema computacional da Sintaxe. Isso implica que tanto sentenças quanto palavras são geradas pelos mesmos mecanismos. Além disso, outra importante característica da MD é a *Inserção Tardia*, i.e. os primitivos da sintaxe são desprovidos de qualquer material fonológico — são eles feixes de traços morfossintáticos e raízes¹⁶. O material fonológico só seria inserido após o Spellout, no caminho para a fonologia, i.e. na morfologia, através da operação chamada Inserção Vocabular. Nessa operação, Itens Vocabulares (IVs) — pareamento entre traços morfossintáticos e expoentes fonológicos — competem pela a inserção em um dado morfema¹⁷, obedecendo ao *Princípio do Subconjunto* (Halle, 1997), i.e., o expoente de um IV em um terminal é inserido apenas se os traços sintáticos correspondem a todos ou a um subconjunto dos traços do terminal, e se esse IV é o mais especificado. IVs podem ainda fazer referência ao contexto sintático, de modo que a teoria dê conta dos casos de *alomorfia contextual*. Seguindo Embick (2010), assumiremos que IVs só podem fazer referência a termos adjacentes ao terminal em questão.

Uma das razões de a MD ter um poder explicativo tão grande decorre também do fato de que, entre o fim da sintaxe e a Inserção Vocabular, podem ocorrer operações pós-sintáticas que dariam conta da falta (muito frequente) de isomorfia entre a sintaxe e a fonologia. Por exemplo, essas operações poderiam dividir um dado terminal em dois, existindo assim dois IVs para um único morfema da sintaxe.

Arregi e Nevins (2012), doravante A&N¹⁸, propõem uma ordem para essas operações pós-sintáticas, estruturando o Spellout em diferentes módulos responsáveis por diferentes

¹⁵ Ver Chomsky (1995) para um modelo de gramática lexicalista em que os primitivos sintáticos já são palavras completamente flexionadas.

¹⁶ Há controvérsias a respeito da ausência de material fonológico nas raízes. Como nos foi apontado por um dentre os pareceristas anônimos deste artigo, Embick (2010), por exemplo, defende que raízes possuem de fato uma representação fonológica. Apesar de não ser relevante para nossa análise, com relação a esse ponto seguimos Harley (2014), que apresenta argumentos empíricos contra a identificação das raízes por sua fonologia ou semântica. A autora propõe que essas devem ser identificadas por meio de índices.

¹⁷ Usamos ‘morfema’ e ‘terminal’ intercambiavelmente.

¹⁸ O texto em questão será bastante citado ao longo de nosso artigo, no qual apresenta um papel muito importante, pois nossa análise se constrói a partir de pontos propostos e/ou refinados pelos autores: a estrutura modular do Spellout, os tipos de regras de apagamento, a implementação da operação de Fissão, entre outros. Por essa razão, nos referimos a esse trabalho de forma abreviada.

tarefas. Acreditamos que a ordenação dessas operações é um fator essencial para que possamos explicar a forma superficializada do verbo Ikpeng.

Na sintaxe, os morfemas são organizados hierarquicamente; somente após a operação da *Linearização* no componente pós-sintático, esses serão ordenados linearmente. A&N propõem, então, que existiriam dois tipos de operações morfológicas — as de pré-linearização e as de pós-linearização. Uma regra só seria pós-linear, caso essa fizesse referência à ordem linear, ou fosse motivada por restrições morfológicas relativas. Portanto, A&N demonstram que a operação da Metátese morfológica necessita fazer referência à ordem linear; já as regras de apagamento não precisariam disso. Logo, a primeira seria pós-linear e estas pré-lineares.

Outra proposta significativa de A&N é que as operações morfológicas sejam motivadas. Os autores apontam que mesmo abordagens sintáticas da morfologia acabam por terem resquícios do Léxico da morfologia ‘por si mesma’, pela postulação de uma série de regras totalmente idiossincráticas. Para solucionar esse problema, recorrem à teoria da marcação em fonologia e a trazem à morfologia, argumentando que as operações são motivadas pela boa-formação morfológica. Desta maneira, é construída uma gramática que funciona com base em restrições não violáveis e reparos. No presente artigo, não nos concentraremos em demasia nesse ponto. Entretanto, na seção 4.2, teremos em vista a postulação de regras que possam ser motivadas pela morfológica.

Por fim, apresentaremos o sistema de traços- ϕ (pessoa, número, etc.) com que trabalhamos. Decomporemos as pessoas gramaticais em traços, como tem sido comum nos trabalhos realizados sob a ótica da MD¹⁹. Esses traços são apresentados em (08) e (09). Usaremos traços binários²⁰, com exceção do traço [destinatário] (*addressee*), seguindo Nevins (2007) a partir de McGinnis (2005). Esse traço privativo seria incorporado por línguas com distinção entre primeira pessoa inclusiva e exclusiva (fato que pode ser abarcado pelo termo em inglês *clusivity*).

(08) $-F = \neg[+F]$ ²¹

- a. [+Autor] = o conjunto (*reference set*) contém o falante
- b. [+Participante] = o conjunto contém um dos participantes do discurso
- c. [destinatário] = o conjunto contém o endereçado (Nevins 2007: 305)

¹⁹ Por motivos de clareza da exposição, não decompomos os traços de caso, uma vez que não é necessário fazê-lo em nossa análise.

²⁰ Para argumentos a favor de traços binários, ver Nevins (2007) e Harbour (2013).

²¹ Lê-se: negação de [+F].

(09) (Halle, 1997; Nevins 2007)

- a. [+Aut, +Part] = primeira pessoa exclusiva
- b. [+Aut, +Part][dest] = primeira pessoa inclusiva
- c. [-Aut, +Part][dest] = segunda pessoa
- d. [-Aut, -Part] = terceira pessoa
- e. [-Aut, -Part][dest] = logicamente impossível
- f. [+Aut, -Part] = logicamente impossível

Como foi dito acima, na proposta de gramática de A&N, a morfotática tem um papel de extrema importância. Muitas vezes, a boa-formação morfológica se traduz no reparo de construções muito marcadas. No modelo proposto, determinados valores de determinados traços, por si mesmos, são marcados; entretanto, traços que independentemente são não marcados podem o ser em determinados contextos. Os valores de traços marcados livres de contexto seguem em (10):

(10) [\pm autor]: traço marcado = +

[\pm participante]: traços marcado = +

[\pm singular]: traço marcado = -

(Arregi e Nevins, 2012: 204)

A marcação é definida em termos de traços binários (Nevins, 2007: 306), logo, o traço privativo [destinatário] não teria essa propriedade, ao menos independentemente. Entretanto, acreditamos que em determinados contextos, [destinatário] pode fazer parte de uma combinação marcada. Isso será proposto na seção 4.2.2.

3. REANÁLISE DOS MARCADORES DE ARGUMENTOS: CLÍTICOS E FISSÃO

Em todos os trabalhos que consultamos, os prefixos pessoais do Ikpeng são tratados como morfemas de concordância. Nesta seção, apresentaremos dados que indicam que talvez esses morfemas sejam, na verdade, clíticos pronominais. Nevins (2011) propõe critérios sintáticos, e não morfofonológicos, para diferenciar clíticos e morfemas de concordância. Seguiremos essa proposta em nossa análise.

Muitas vezes o único critério sintático utilizado no diagnóstico de clíticos é o da distribuição complementar desses morfemas com os argumentos oracionais. Entretanto, em muitas línguas, existe o *redobro por clíticos* que é “uma construção em que um clítico

coocorre com um DP completo em posição argumental, formando um constituinte descontínuo com o mesmo” (Anagnostopoulou, 2006: 520). Essa construção é, por exemplo, encontrada em Espanhol, em que pronomes de objetos fortes devem ser dobrados por clíticos obrigatoriamente (Arregi e Nevins, 2012: 52):

(11) Juan *(la) vio a ella.

Juan *(Cl.ACC) ver a ela

‘Juan viu ela’

(Arregi e Nevins, 2012: 53)

O Basco é uma outra língua, em que, em determinados contextos, o *redobro por clíticos* é obrigatório – os argumentos absoluto, dativo e ergativo são redobrados nas sentenças finitas (Arregi e Nevins, 2012: 35). Como podemos ver abaixo, os prefixos pessoais do verbo Ikpeng podem coocorrer com os argumentos verbais. Apesar disso, existem evidências para descrever tais prefixos como clíticos e não como morfemas de concordância. Logo, em (12), estaríamos lidando com uma construção de *redobro de clíticos*. A seguir apresentamos essas evidências.

(12) a. g- apige -li ugun uro

1Abs- arranhar -PAS.IM ele eu

‘Ele me arranhou’

(Chagas, 2013: 166)

b. wi- wopraption -li omro uro

1/2- entristecer -PAS.IM você eu

‘Você me entristeceu’

(Chagas, 2013: 199)

Por sua natureza pronominal, clíticos se mostram invariantes em relação ao tempo (Nevins, 2011: 17). A invariância ao tempo, apesar de não ser um critério definitivo para diferenciar clíticos de concordância, já é o suficiente para que se questione o estatuto de certos morfemas como concordância. Como podemos ver em (13), os prefixos pessoais do Ikpeng, não são sensíveis ao tempo verbal.

(13) a. k- arep -tangte

1Sa- chegar -PAS.N-IM

‘Eu cheguei’

(Pacheco, 2001: 82)

b. k- arep -li
2Erg- arranhar PAS.IM
'Eu cheguei'

(Chagas, 2013: 205)

c. k- aran -txi
1Sa- ir -N.PAS
'Eu vou'

(Pacheco, 2001: 80)

Ao lado da invariância ao tempo, Nevins (2011) apresenta ainda dois critérios para a distinção entre clíticos e morfemas de concordância: efeitos de Complementaridade de Pessoa (restrições de Pessoa-Caso) e número onívoro. Esse último se refere à presença de um único morfema verbal que marca a pluralidade do sujeito ou do objeto (ou de ambos). Como visto acima, isso ocorre em Ikpeng. Entretanto, para essa língua específica, tratamos o fenômeno de uma maneira diferente daquela proposta pelo autor – não como um morfema de concordância, mas como um morfema fissionado. Mesmo assim, poderíamos fazer uso da observação descritiva do autor, que afirma não ser o número onívoro encontrado quando o marcador de pessoa verbal é sensível ao tempo, i.e., quando esse é um morfema de concordância. Note-se que tanto no texto de Nevins quanto no presente artigo o marcador de pessoa é o gatilho desse morfema plural. Usando, assim, os critérios de Nevins (2011), as duas características apontadas já bastariam como diagnóstico dos prefixos pessoais do Ikpeng como clíticos, e não como morfemas de concordância. No entanto, existe ainda uma outra evidências para esse tratamento.

Como já dissemos acima, os prefixos da série II também aparecem em outros contextos que não o verbal — ao marcar o possuidor em construções genitivas e o complemento da posposição. Diferentemente de sua ocorrência no contexto verbal, nesses outros contextos, porém, os prefixos pronominais encontram-se em distribuição complementar com NPs fonologicamente expressos, como podemos ver em (14). Esse comportamento sustenta a análise do *redobro por clíticos* nos verbos do Ikpeng, uma vez que, em línguas nas quais ocorre esse fenômeno, o redobro é obrigatório em determinados contextos e proibido em outros.

(14) a. i-pu-n

3-pé-POS

‘pé dele’

(Pacheco, 2001: 94)

b. Melobo pu-n

Melobô pé-POS

‘pé de Melobô’

(Pacheco, 2001: 103)

Acreditamos ter apresentado evidências que sustentam o tratamento dos prefixos pronominais como clíticos, e não como morfemas de concordância.

Passemos agora aos sufixos de número. Como vimos, esses morfemas aparecem afixados ao verbo sempre que um dos argumentos está no plural (número onívoro). É importante apontar que o sufixo /-kom/ não está restrito a aparecer sufixado somente a verbos; uma dessas ocorrências é no ambiente nominal, em que aparece ao marcar a pluralidade do possuidor.

(15) a. o-pu-n

‘seu pé’

2-pé-POS

b. o-pu-n-kom

‘pé de vocês’

2-pé-POS-PL

(Pacheco, 2001: 103)

O fato de esse morfema marcar a pluralidade do possuidor — e não do possuído — indica que o mesmo está ligado, de alguma forma, ao clítico da construção. Essa ligação fica ainda mais clara em (16), em que se pode observar que, quando o possuidor é expresso fonologicamente, a pluralidade deste é expressa por um outro morfema.

(16) a. Melobo pu-n

Melobô pé-POS

‘Pé de Melobô’

b. Ikpeng ningkín pu-n

Ikpeng COL pé

‘Pé dos Ikpeng’

(Pacheco, 2001: 103)

O outro ambiente em que encontramos o sufixo /kom/²² diz respeito à pluralidade de pronomes. Isso pode ser visto na tabela 4, em que mostramos o quadro pronominal do Ikpeng. O fato de /kom/ marcar o plural em pronomes justifica uma análise que não os interpreta como morfemas de concordância.

Pessoa	Número	
	Singular	Plural
1	Uro	
2	Omro	omro-ngmo
1+2	Ugro	ugro-ngmo
1+3	Tximna	

Tabela 4: Tabela dos pronomes pessoais do Ikpeng (Pacheco, 2001: 119)

Outra justificativa possível seria o fato de que, segundo Chagas (2013), o morfema de tempo do passado não- imediato marca a pluralidade do sujeito. Possivelmente, o verbo (núcleo T, na perspectiva teórica adotada) não apresentaria uma variação no número de argumentos com os quais entra numa relação de concordância. Logo, uma dessas formas de marcação da pluralidade dos argumentos não seria um morfema de concordância (caso do morfema /kom/). Entretanto, como mencionado, não temos dados para justificar uma tal análise.

Com esses dados, as indicações são as de que existe uma íntima ligação entre a realização do sufixo /kom-/ e um núcleo Determinante. De acordo com a perspectiva teórica adotada, esses sufixos seriam resultado da operação de fissão em núcleos D, operação essa que divide os traços de pessoa e de número de um dado terminal em dois terminais irmãos.

Tendo justificado nosso tratamento dos prefixos pessoais e dos morfemas de número, dedicamo-nos, na próxima seção, à derivação sintática e pós-sintática dos clíticos pronominais.

4. SINTAXE E MORFOLOGIA DOS CLÍTICOS

No que segue, apresentamos nossa proposta da derivação dos clíticos pronominais em Ikpeng. Na seção 4.1 mostramos como os clíticos são gerados e adjungidos ao verbo na

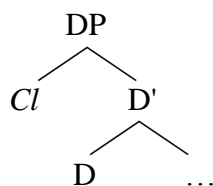
²² Rever nota 11.

sintaxe, e na 4.2, mais extensa, abordamos as operações pós-sintáticas.

4.1 SINTAXE

Para analisarmos os clíticos pronominais do Ikpeng, adotaremos a estrutura *grande DP* (Uriagereka, 1995; Arregi e Nevins, 2012). Com A&N, trataremos os clíticos como núcleos D. Entretanto, com Uriagereka (1995), assumiremos que estes são gerados na posição de especificador do DP, e não na de especificador de outros núcleos funcionais que dominem o DP. Nossa escolha pela não adoção de uma estrutura funcional acima do DP não decorre de um posicionamento teórico. Apenas consideramos que estudos mais aprofundados, no âmbito de uma perspectiva formal, ainda devem ser feitos sobre certos aspectos da gramática do Ikpeng, como, por exemplo, sobre os Casos estruturais. Logo, a estrutura em (17) é apenas ilustrativa. De sua posição, o clítico concorda com o núcleo do DP.

(17) A estrutura do grande DP²³

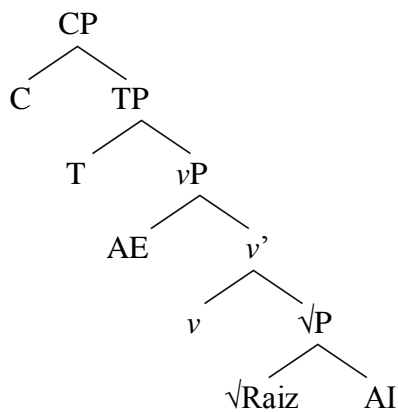


Adotamos a seguinte estrutura para a sentença transitiva (deixando de lado outros núcleos funcionais para maior facilidade de exposição):

(18) Estrutura da sentença transitiva²⁴

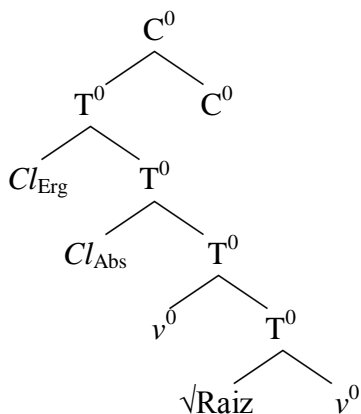
²³ Apesar de os clíticos serem núcleos Ds, esses se encontram aqui referidos como *Cl*, por motivos de exposição.

²⁴ Seguindo Harley (2014), assumimos que raízes podem selecionar complementos na sintaxe, pois, apesar de problemas conceituais (cf. op. cit.), existem argumentos empíricos que parecem argumentar em favor dessa proposta.



Após o movimento de núcleo da Raiz para v e depois para T, por meio da *Cliticização* (Arregi e Nevins (2012)), entendida como movimento de núcleos que salta núcleos intervenientes, o clítico absolutivo e o ergativo seriam adjungidos a T, que os atrai. Posteriormente, a estrutura formada se move para C, formando o núcleo complexo visto em (19):

(19) Verbo após as operações da sintaxe²⁵



Como é possível notar em nossa análise, ambos os clíticos são gerados na sintaxe e cliticizados à estrutura do verbo. Uma vez que os prefixos pessoais do Ikpeng são clíticos, não poderia ser diferente. Os efeitos de hierarquia de pessoa, por exemplo, não poderiam ser explicados simplesmente pela não geração de um dos clíticos, pois isso demandaria a possibilidade de existência de *look-ahead*, algo que, em um modelo derivacional como o que aqui adotamos, deve ser sempre evitado.

Nosso tratamento de morfemas de número como resultado de Fissão também obriga os dois clíticos da oração transitiva a serem gerados e cliticizados ao verbo. Como o morfema

²⁵ Os elementos estão linearizados apenas para facilitar a explanação; como dito em 2, assumimos que os morfemas são linearizados somente na pós-sintaxe.

pode indicar a pluralidade do argumento não marcado na superfície pelo verbo, é preciso que o argumento em causa esteja presente no componente pós-sintático, parte da derivação em que a operação de Fissão é aplicada.

4.2 MORFOLOGIA

4.2.1 MORFEMAS DE CONCORDÂNCIA: FISSÃO DOS CLÍTICOS

Em 3, apresentamos argumentos a favor de uma análise em que os sufixos de número são o resultado da operação de Fissão. Aqui essa operação será entendida nos termos de A&N. A Fissão seria aplicada logo no primeiro módulo do componente pós-sintático, o módulo da *Conversão Exponencial* — aquele em que ocorrem os primeiros passos do mapeamento sintaxe-morfologia (Arregi e Nevins, 2012: 5) —, e consistiria na divisão de dois traços de um morfema em dois terminais, os quais compartilhariam todos os outros traços do morfema fissionado (2012: 113). A seguinte formalização é proposta:

(20) Fissão Morfológica

- a. A descrição estrutural de uma Fissão (morfológica) tem três termos: uma categoria C , um traço F_1 , e um traço F_2 .
- b. A mudança estrutural divide um morfema de categoria C contendo os traços F_1 e F_2 da seguinte maneira:

$$[F_1 \ F_2 \ \dots \ F_m] \rightarrow [F_1 \ \dots \ F_m][F_2 \ \dots \ F_m]$$

(Arregi e Nevins, 2012: 133-134)

Os autores propõem que, em Basco, haveria uma Fissão nos clíticos pluralizados, operação que separaria o traço [-autor] do traço de [-singular]. A operação encontraria sua motivação em “uma restrição na coexponência desses dois traços no mesmo nó” (op.cit. 133). Dessa forma, uma generalização descritiva seria capturada — a de que, nas línguas naturais, quando há Fissão, comumente a primeira pessoa escapa. Não é o caso do Ikpeng, entretanto, que se encontra no grupo das línguas em que a Fissão de pessoa e número acontece independentemente dos traços de pessoa envolvidos. Note-se que, em Ikpeng, não é possível se falar em Fissão do clítico de primeira pessoa exclusiva plural, uma vez que esse clítico não é gerado na língua, conforme já exposto na tabela 4. O pronome de primeira pessoa exclusiva

plural é uma expressão pronominal com um comportamento sintático de um nome. Como podemos ver em (21.a), a expressão *tximna* é codificada no verbo como um argumento de terceira pessoa²⁶. Em construções genitivas, caso seja marcado por um clítico (21.c) — o que acarreta em sua não expressão fonológica — o nome será entendido como terceira pessoa e não como primeira pessoa exclusiva plural (Campetela, 1997).

- (21) a. *tximna* y- ãnkĩ -lĩ
 nós.excl 3Abs dormir PAS.IM
 ‘Nós (excl.) dormimos’ (‘A gente dorme’) (Campetela, 1997:125)
- b. *tximna* ata -n
 nós.excl sapé -POSS
 ‘nosso sapé’ (Campetela, 1997: 126)
- c. y- ata -n
 3Abs- sapé -POSS
 ‘sapé dele’ (Campetela, 1997: 126)

Entretanto, como podemos ver em (22), o morfema de primeira pessoa inclusiva plural, cujo feixe de traços de pessoa é [+autor, +participante, destinatário], é de fato fissionado. Logo, não se pode postular uma regra de Fissão que separe [-autor] de [-singular] em Ikpeng.

- (22) a. *ugw-* aginum -lĩ -ngmo ugro -ngmo
 1+2Abs- chorar -PAS.IM PL 1+2 -PL
 ‘(Todos) nós choramos’ (Chagas, 2013: 213)

Portanto, postularemos para o Ikpeng que a separação é, na verdade, entre o traço [-singular] e um grupo de traços (e não de apenas um traço como proposto em A&N) — o dos traços de pessoa [π] (= [α autor, α participante, destinatário]). No texto de A&N (2012:204-205), os autores chegam a mencionar que [autor] e [participante] poderiam ser agrupados em um constituinte, como na geometria de traços de Harley e Ritter (2002). Logo, aqui assumiremos, com base em Harley e Ritter, que todos os traços de pessoa são agrupados em

²⁶ Como aponta Chagas (2013: 218), *tximna* tem um comportamento sintático similar ao de ‘a gente’ do Português Brasileiro.

um grupo $[\pi]$, sendo possivelmente hierarquizados²⁷. Como podemos ver na formalização da regra em (23), a Fissão é aplicada a um núcleo D clítico, separando todos os traços de pessoa, $[\pi]$, e o traço [-singular].

(23) Fissão de plural

DE: clítico, $[\pi]$, [-singular]

ME: [D, $[\pi]$, singular, CASO, ...] → [D, $[\pi]$, CASO, ...] [D, singular, CASO, ...]

Note-se que os sufixos de número não são especificados quanto ao Caso no ambiente verbal. Entretanto, como vemos em (24), poderíamos dizer que *ngne*²⁸ é inserido em um $Cl_{[-singular]}$ com os traços de Oblíquo²⁹.

(24) a. o- ngma -ngne

2Abs POSP PL

‘... para vocês’

(Pacheco, 1997: 73)

Através da operação de Fissão, alcançamos, portanto, formalizar a manifestação do plural como um clítico independente. Resta-nos ainda explicar como esse clítico se superficializa em uma posição distinta daquela em que é gerado. Veremos isso em 4.2.3.

4.2.2 EFEITOS DE HIERARQUIA DE PESSOA: EMPOBRECIMENTO E OBLITERAÇÃO

Tal como mostrado em 4.1, nas orações transitivas do Ikpeng, ambos os clíticos referentes aos argumento externo e interno são gerados na sintaxe, cliticizando-se aí ao núcleo T. Entretanto, apenas um dos clíticos aparece adjungido no verbo na superfície. Explicaremos, como Nevins e Sandalo (2010), que isso é uma decorrência de operações de apagamento no componente morfológico, mais precisamente, de regras de *Obliteração*. Portanto, a nossa afirmação é a de que efeitos de hierarquia de pessoa são, na verdade, epifenômenos.

A&N propõem que regras de apagamento são aplicadas no módulo da *Marcação de Traços* do componente pós-sintático. Esse seria o componente em que a

²⁷ Dada as dimensões do presente artigo, não desenvolveremos esse ponto aqui.

²⁸ É possível supor que *ngne* derive da forma /ken/ após uma regra de metátese e assimilação, considerando-se que a forma /kom/ é superficializada como $[\eta]$ mo devido à aplicação dessas regras.

²⁹ Poderíamos igualmente dizer que se trata de uma alomorfa contextual.

boa-formação é avaliada através de restrições morfológicas específicas sobre coocorrência de traços, que podem pedir a atuação de operações de reparo que deletam ou esses traços ou os terminais que os contêm. (Arregi e Nevins, 2012: 5)³⁰

Antes de prosseguirmos com nossa análise, certos pontos devem ser clarificados. Em primeiro lugar, as operações de apagamento podem ser *engatilhadas por marcação* (*markedness-triggered*) ou *direcionadas para a marcação* (*markedness-targeted*). No primeiro caso, o valor marcado de um traço é apenas o gatilho do apagamento — não é ele que é apagado. Já no segundo caso, ele é o gatilho e o que sofre o apagamento. Outra distinção importante é entre os tipos de regra de apagamento: Empobrecimento apaga traços, enquanto Obliteração apaga nós terminais inteiros. Por fim, existe uma distinção entre descrição estrutural paradigmática e sintagmática: a primeira é baseada na coocorrência de traços em um único nó terminal, enquanto a segunda é baseada na coocorrência de traço em uma M-palavra, i.e., o domínio definido por uma projeção X^0 que não é imediatamente dominada por outro nó nível-0 (Arregi e Nevins, 2012: 239). Isso posto, passemos à nossa análise.

Primeiramente, postulamos uma regra de obliteração que será capaz de explicar a maioria das configurações:

(25) Regra de obliteração

DE: um clítico Cl_1 especificado como [+participante] na mesma M-palavra que um clítico Cl_2 especificado como [-autor]

ME: Deletar Cl_2

Em (25), temos uma regra de apagamento engatilhada por marcação. Podemos dizer apenas que o valor positivo do traço [participante] é o gatilho dessa regra, não havendo uma outra motivação para a mesma; logo, essa, de fato, tem um caráter um tanto arbitrário. Em (24), mostramos sua aplicação³¹:

(26) a. $1 > 3$

[$A + \text{Aut}, + \text{Part}, \text{Erg}$] [$O - \text{Aut}, - \text{Part}, \text{Abs}$] \rightarrow *Obliteração*

³⁰ “This component is one in which well-formedness is evaluated through specific morphotactic constraints on feature cooccurrence, which may call for the enactment of repair operations that delete either these features or the terminal that contain them.”

³¹ Pulamos a configuração $1+2 > 3$ e $3 > 1+2$, pois essas serão referidas mais adiante.

- [_A + Aut, + Part, Erg] [~~ø - Aut, - Part, Abs~~]
- b. 2 > 3
- [_A - Aut, + Part, dest, Erg] [_O - Aut, - Part, Abs] → *Obliteração*
- [_A - Aut, + Part, dest, Erg] [~~ø - Aut, - Part, Abs~~]
- c. 3 > 1
- [_A - Aut, - Part, Erg] [_O + Aut, + Part, Abs] → *Obliteração*
- [~~_A - Aut, - Part, Erg~~] [_O + Aut, + Part, Abs]
- d. 3 > 2
- [_A - Aut, - Part, Erg] [_O - Aut, + Part, dest, Abs] → *Obliteração*
- [~~_A - Aut, - Part, Erg~~] [_O Aut, + Part, dest, Abs]

A regra de obliteração (25) não consegue, entretanto, dar conta de casos de configuração local, pois simplesmente apagaria um clítico de segunda pessoa diante de um clítico de primeira. Por essa razão, postulamos a regra de empobrecimento (27), que aconteceria antes de (25), conseguindo, portanto, explicar a diferença entre as configurações 1>3 e 1>2, e 2 > 3 e 2 > 1. Essa regra seria motivada por uma restrição na língua Ikpeng quanto à coocorrência dos traços [+autor] e [destinatário], por serem traços contrários.

(27) Regra de empobrecimento (sintagmática)

DE: um clítico Cl_1 especificado como [+autor] na mesma M-palavra que um clítico Cl_2 especificado como [destinatário]

ME: Deletar [+autor] em Cl_1

Ao propor essa regra, acabamos por, de certa forma, admitir como coincidência que o clítico de primeira pessoa inclusiva (1+2) aparece na configuração 2 > 1. Georgi (2013) chama isso de *contexto inclusivo derivado* e, considerando os prefixos pessoais do Ikpeng como morfemas de concordância, argumenta que esse contexto é derivado do fato de que traços- ϕ do argumento de primeira pessoa e do de segunda estão presentes no núcleo funcional T após a operação Agree na sintaxe. Entretanto, note-se que existem línguas que apresentam o que poderíamos chamar de *contexto exclusivo derivado*, i.e., em que o morfema que marca a primeira pessoa exclusiva plural aparece em uma configuração local. São exemplos disso muitas línguas da família Tupí-Guaraní, como o Tupinambá, o Kaiwá, o

Guajajára, o Tembé, o Asuriní, o Tapirapé, o Kamayurá, o Parintintím e o Oyampí (ver Monserrat e Soares, 1983; especificamente sobre o Tapirapé, ver também Leite, 1990). Logo, para nós, o que parece estar em jogo nesses casos é um item vocabular especificado apenas pelo traço [+participante]. Futuras pesquisas, entretanto, devem ser realizadas para que tenhamos respostas mais conclusivas.

Em (28) mostramos a aplicação de (25) e (27) nas configurações locais:

(28) a. 1 > 2

[A + Aut, + Part, Erg] [O - Aut, + Part, dest, Abs] → *Empobrecimento*

[A + ~~Aut~~, + Part, Erg] [O - Aut, + Part, dest, Abs] → *Obliteração*

[A + Part, Erg] [~~O - Aut, + Part, dest, Abs~~]

b. 2 > 1

[A - Aut, + Part, dest, Erg] [O + Aut, + Part, Abs] → *Empobrecimento*

[A - Aut, + Part, dest, Erg] [O + ~~Aut~~, + Part, Abs] → *Obliteração*

[~~A - Aut, + Part, dest, Erg~~] [O + Part, Abs]

Postulamos uma última regra de empobrecimento em (29). Na regra anterior, (27), propomos que a coocorrência dos traços [+autor] e [destinatário] é demasiadamente marcada, por envolver traços contraditórios. Logo, propomos que o mesmo ocorre quando ambos estão no mesmo nó terminal. Registre-se que, por ser empobrecimento paradigmático, essa regra ocorre antes de todas as regras anteriores, que são sintagmáticas.

(29) Regra de empobrecimento (paradigmática)

DE: um clítico *Cl* especificado como [+ autor, destinatário]

ME: deletar [+autor] em *Cl*

Em (30) aplicamos essa regra ao dados:

(30) a. 1+2 > 3

[A + Aut, + Part, dest, Erg] [O - Aut, - Part, Abs] → *Empobrecimento*

[A + ~~Aut~~, + Part, dest, Erg] [O - Aut, - Part, Abs] → *Obliteração*

[A + Part, dest, Erg] [~~O - Aut, - Part, Abs~~]

b. $3 > 1+2$

[_A - Aut, - Part, Erg] [_O+ Aut, + Part, dest, Abs] → *Empobrecimento*

[_A - Aut, - Part, Erg] [_O+~~Aut~~, + Part, dest, Abs] → *Obliteração*

[~~_A - Aut, - Part, Erg~~] [_O+ Part, dest, Abs]

Com as três regras (25), (27) e (29), alcançamos formalizar os efeitos de hierarquia de pessoa em Ikpeng.

Ao finalizarmos esta seção, propomos, em (31), os Itens Vocabulares (IVs) dos clíticos pessoais do Ikpeng. Os IVs referentes aos clíticos absolutivos não têm seus traços de caso especificados, uma vez que essas formas aparecem em outros contextos (em construções genitivas e em posições).

(31) Itens Vocabulares de *Cl*³²

/m(e)/ ↔ [-Aut, + Part, dest, Erg]

/y(e)/ ↔ [+ Aut, + Part, Erg]

/kut/ ↔ [+Part, dest, Erg]

/i/ ~ /g/ ↔ [+ Aut, + Part]

/o/ ↔ [- Aut, + Part]

/ko/ ↔ [+ Part, Erg]

/wi/ ~ /ug(w)/ ↔ [+ Part]

4.2.3 LINEARIZAÇÃO DOS MORFEMAS DE NÚMERO: METÁTESE MORFOLÓGICA

Explicamos aqui a posição em que os morfemas de número aparecem na superfície por meio da Metátese. No âmbito da arquitetura do Spellout proposto por A&N, essa operação seria realizada após a Linearização dos morfemas e antes da Inserção Vocabular, no módulo das *Operações Lineares*. Aqui, assim como em A&N, entendemos que a metátese deve ser aplicada antes da Inserção Vocabular por alimentar a seleção de alomorfes.

Harris e Halle (2005) propõem um mesmo mecanismo para formalizar o fenômeno da reduplicação e da metátese. Esta última acaba por ser tratada como uma instância de reduplicação. A&N chamam esse formalismo de *Reduplicação Generalizada*. A seguir, apresentaremos a proposta brevemente e de maneira abstrata.

Em (32) consta uma derivação abstrata da reduplicação total. A operação consiste na inserção de colchetes dobrados [] — e na reduplicação (cópia) dos objetos selecionados. Os

³² Não nos detemos aqui na alomorfia dos clíticos pronominais, tendo em vista que futuras pesquisas ainda devem ser realizadas sobre a fonologia da língua.

colchetes seriam apagados automaticamente após a operação. Ressalte-se que não é necessário distinguir qual das sequências é a original e qual é a cópia. Essa notação consegue dar conta do fato de que elementos reduplicados são sempre contíguos, e nunca descontínuos.³³

(32) ABCDE

A[[BCD]]E

A-BCD-BCD-E

Existem, entretanto, casos de reduplicação parcial — isto é, apenas uma parte dos elementos selecionados é reduplicada. Com um certo enriquecimento da notação, é possível dar conta desses dados. Dentro dos objetos selecionados pelos colchetes dobrados, colchetes angulares $\rangle \langle$, que representam junturas, são inseridos, indicando quais dos objetos serão omitidos numa das cópias. $[[X\rangle$ indica que X é omitido na primeira cópia e $\langle X]]$ que X é omitido na segunda. O sombreado em (33) é apenas uma ilustração referente ao objeto omitido, para facilitar a exposição.

(33) a. A[[B]C]]D \rightarrow A-BC-BC-D = A-C-BC-D

b. A[[B]C]]D \rightarrow A-BC-BC-D = A-BC-B-D

A metátese, portanto, seria uma espécie de decorrência natural — uma fusão de $[[AB\rangle C]]D$ e $A[[B\rangle C]]D$. Isso é ilustrado em (34):

(34) A[[B]C]]D \rightarrow A-BC-BC-D = A-C-B-D

A abordagem de Arregi & Nevins (2012), entretanto, difere da de Harris e Halle (2005), pois, como já dito, a metátese ocorre quando os itens já estão linearizados; e no modelo desses últimos autores, a Linearização ocorre conjuntamente com a Inserção Vocabular.

Em Ikpeng, a metátese é uma regra que desloca o clítico de plural para o fim da M-

³³ Deve ser apontado que esse formalismo não leva em conta aspectos prosódicos presentes na palavras. “We emphasize two points: [...] (b) this string need not have any status in the prosodic hierarchy” (Harris e Halle, 2005: 199)

palavra. A&N constatam que o nível relevante para efeitos de margem é o X^{0max} ³⁴. De fato, em nossa descrição estrutural, faremos menção a esse nível, mas também é necessária a referência à unidade da M-palavra.

Como foi dito acima, no módulo *Operações Lineares*, os clíticos com o traço [-singular] são fissionados, criando-se dois nós terminais irmãos onde havia apenas um. Logo, após as operações de apagamento no módulo da *Marcação de Traços*, o verbo Ikpeng pode ser linearizado de duas maneiras:

- (35) a. $Cl - Cl_{PL} - Raiz - v - T - C$
 b. $Cl_{PL} - Cl - Raiz - v - T - C$

Levando em consideração a representação arbórea já apresentada em (19), em (35a) teríamos uma dentre duas possibilidades: (i) o clítico não apagado é irmão do clítico plural; ou (ii) o clítico ergativo foi mantido e o clítico plural é irmão do clítico absolutivo apagado. Em (35b), teríamos o caso em que o clítico plural é irmão do clítico ergativo, sendo que esse foi apagado e o clítico absolutivo mantido.

Lembrando, o verbo Ikpeng superficialmente apresenta a seguinte ordem de morfemas:

- (36) Ordem dos morfemas no verbo Ikpeng
 $Cl - Raiz - v - T - C - Cl_{PL}$

Em (35) vemos que existem dois contextos diferentes em que a regra de metátese pode ser aplicada. Entretanto, o resultado da operação é o mesmo. Aqui, proporemos uma regra geral o suficiente para tratar dos dois casos. Inclusive, existem ainda outros contextos em que essa regra é aplicada mesmo assim — por exemplo, poderia ser o caso em que se tenha o verbo derivado de um nome; logo, haveria um núcleo *n* entre a Raiz e o verbalizador.

Nosso objetivo, entretanto, é propor uma regra que dê conta do deslocamento do clítico plural não só no ambiente verbal, visto que o mesmo ocorre em nomes e posições. Repetimos os dados (37).

- (37) a. o-pu-n ‘seu pé’
 2-pé-POS (Pacheco, 2001:

³⁴ Uma projeção X^0 que não é dominada por nenhuma outra projeção X^0 (Arregi & Nevins, 2012: 239)

103)

b. o- ngma -ngne
 2Abs POSP PL

‘... para vocês’

(Pacheco, 1997:

73)

Tendo em vista esses dados, podemos concluir que a regra, basicamente, desloca o clítico plural para o fim da M-palavra. Portanto, formulamos a regra em (38):

(38) Metátese do clítico plural

a. Descrição estrutural: $Cl_{PL} Y X_{M-Palavra}$

(i) Sendo M-palavra = X^{0max}

b. Mudança estrutural:

(i) Insira $[[$ à esquerda imediata de Cl_{PL} , e $]]$ à direita imediata de X .

(ii) Insira $\rangle\langle$ à imediata direita de Cl_{PL} .

Aplicando essa regra ao contexto em (39) e nas construções genitivas e posposições, teríamos o seguinte:

(39) Aplicação da regra de metátese do clítico plural

a. $Cl - Cl_{PL} - Raiz - v - T - C$

$Cl [[Cl_{PL} - Raiz - v - T - C]]$

$Cl [[Cl_{PL}] \langle Raiz - v - T - C \rangle]$

$Cl - Cl_{PL} - Raiz - v - T - C - Cl_{PL} - Raiz - v - T - C$

$Cl - Raiz - v - T - C - Cl_{PL}$

b. $Cl_{PL} - Cl - Raiz - v - T - C$

$[[Cl_{PL} - Cl - Raiz - v - T - C]]$

$[[Cl_{PL}] \langle Cl - Raiz - v - T - C \rangle]$

$Cl_{PL} - Cl - Raiz - v - T - C - Cl_{PL} - Cl - Raiz - v - T - C$

$Cl - Raiz - v - T - C - Cl_{PL}$

- c. $Cl - Cl_{PL} - Raiz - n - D$
 $Cl \llbracket Cl_{PL} - Raiz - n - D \rrbracket$
 $Cl \llbracket Cl_{PL} \rrbracket \langle Raiz - n - D \rangle$
 $Cl - Cl_{PL} - Raiz - n - D - Cl_{PL} - Raiz - n - D$
 $Cl - Raiz - n - D - Cl_{PL}$

- d. $Cl - Cl_{PL} - P$
 $Cl \llbracket Cl_{PL} - P \rrbracket$
 $Cl \llbracket Cl_{PL} \rrbracket \langle P \rangle$
 $Cl - Cl_{PL} - P - Cl_{PL} - P$
 $Cl - P - Cl_{PL}$

No que diz respeito aos verbos, poderia ser o caso em que o clítico é movido para a extrema esquerda de T^{0max} , entretanto o dado em (40) a seguir parece provar o contrário, uma vez que o morfema modal, segundo Cinque (1999), é um núcleo funcional que domina TP, como podemos ver em (41)

(40) a. kut-ot-akpi-tke-pom-tom

1+2Erg-INTR-beber-ITER-PERM-PL

‘Nós podemos beber?’

Chagas (2013: 218)

(41) $[_{CP} C [_{ModP} Mod [_{TP} T [_{VP} v \dots]]]]$

Note que (40) também apoia uma análise da Metátese antes da Linearização, pois aquela alimenta a seleção do alomorfe /tom/.

Poderíamos motivar a operação de Metátese como um reparo de uma restrição não violável que impede que Determinantes com traços de pessoa e número fiquem contíguos. É importante salientar que essa descontinuidade entre pessoa e número não é única ao Ikpeng — muito pelo contrário, trata-se de algo muito comum nas línguas naturais (ver Harbour 2008 para um exemplos dessa descontinuidade em outras línguas e um outro tratamento do fenômeno). Encontramos apenas um problema nessa generalização, no que diz respeito aos pronomes, uma vez que teríamos essa contiguidade nas formas pluralizadas (ver tabela 4).

Entretanto, se esses pronomes forem decompostos, o que seria possível devido à ocorrência de /ro/ em todas as formas, poderíamos dizer que pessoa e número não estariam contíguos nessas construções. Esperamos desenvolver melhor esse ponto em futuras pesquisas.

O estado atual de nossa pesquisa nos permitiu lidar com diferentes formas do clítico plural tal como exposto. E em (42) propomos uma lista dos Itens Vocabulares referentes a essas formas de clítico.

(42) Itens vocabulares do clítico plural

/ngne/ ↔ [-singular, OBL]

/tom/ ↔ [-singular]/__C_[interrogativo]

/kom/ ↔ [-singular]

É necessária aqui uma breve observação com relação à expressão do plural no verbo nos tempos não passado e passado não recente. Ainda não está muito clara a expressão da pluralidade dos argumentos no tempo do passado não recente, uma vez que não sabemos se apenas a pluralidade do sujeito é expressa. No entanto, algumas ilações são possíveis sobre a expressão do plural dos argumentos no tempo não passado.

Chagas (2013) afirma que o morfema de tempo não passado marca a pluralidade de qualquer um dos argumentos da sentença. Caso os morfema de tempo do passado não recente (*tangtom*, *tomi*) realmente expressem apenas a pluralidade do sujeito, provavelmente essa será uma verdadeira expressão de concordância. Logo, teríamos que encontrar uma outra maneira de analisar a marcação da pluralidade no verbo no não passado. Como se trata de número onívoro, poderíamos fragmentar o morfema *tii* (não passado plural), identificado por Chagas (2013), tal como se dá em Pacheco (2001) e dizer que /ti/ é uma realização do clítico plural.

(43) a. k- inen -tī -t³⁵
 1/2 ver PL N.PAS

‘Eu verei vocês’

(Pacheco, 2001: 87)

Vale ressaltar, porém, que a posição ocupada por esse morfema é diferente daquela ocupada por /kom/ e /tom/. Propomos, então, uma segunda regra de Metátese, especificamente para esse caso. Note-se que, por ser mais específica, segundo a *Elsewhere*

³⁵ O morfema de não passado /ti/ perde sua vogal ao ser antecedido por uma sílaba aberta integrante do morfema que o precede.

Condition de Kiparsky (1973), essa seria aplicada antes da regra em (44), mais geral.

(44) Metátese do Cl_{PL} no tempo não passado

a. Descrição estrutural: $Cl_{PL} X T_{[-passado]}$

b. Mudança estrutural:

(i) Insira $[[$ à esquerda imediata de Cl_{PL} , e $]]$ à direita imediata de X .

(ii) Insira $\rangle \langle$ à imediata direita de Cl_{PL} .

Demonstramos em (45) a aplicação da regra:

(45) a. $Cl - Cl_{PL} - Raiz - v - T_{[-passado]} - C$

$Cl [[Cl_{PL} - Raiz - v]] T_{[-passado]} - C$

$Cl [[Cl_{PL}] \langle Raiz - v \rangle T_{[-passado]} - C$

$Cl - Cl_{PL} - Raiz - v - Cl_{PL} - Raiz - v - T_{[-passado]} - C$

$Cl - Raiz - v - Cl_{PL} - T_{[-passado]} - C$

Poderíamos, então, propor mais um Item Vocabular para o clítico plural Ikpeng:

(46) $/tĩ/ \leftrightarrow [-singular]/_T_{[-passado]}$

Como últimas palavras, diremos que futuras pesquisas devem ser realizadas sobre a marcação do plural dos verbos no tempo não passado em Ikpeng.

5. CONCLUSÃO

A partir de uma reanálise dos marcadores de argumentos do Ikpeng, propomos uma derivação do verbo Ikpeng em que as operações decisivas para que esse chegue à sua forma superficializada são de natureza pós-sintática. Para isso, a ordenação das operações proposta por Arregi e Nevins (2012) se mostrou de grande importância para uma explicação bem estruturada e econômica. Também conseguimos apontar, mesmo que de maneira preliminar, que as diversas operações que, de alguma forma, afetam o verbo Ikpeng no componente pós-sintático podem, de fato, encontrar sua motivação na boa formação morfológica, como

avanzado por A&N.

Além disso, propomos uma pequena expansão do alcance da operação de Fissão, tal como proposta por A&N – a operação poderia não só separar traços, mas um conjunto de traços. Dessa maneira foi possível dar conta dos dados do Ikpeng.

Tendo ao menos levantado o questionamento da natureza dos prefixos pessoais Ikpeng e dos morfemas de concordância, acreditamos realizar aqui uma contribuição para a descrição e explicação de aspectos da língua. Ao concluir, acentuamos que muitas pesquisas ainda devem ser realizadas a fim de clarificar pontos que permanecem obscuros na estrutura do Ikpeng.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANAGNOSTOPOULOU, Elena. Clitic doubling. In: EVERAERT, Martin; van RIEMSDIJK, Henk (Org.). *The Blackwell companion to syntax*, v.1. Malden, Massachusetts: Blackwell, 2006.
2. ARREGI, Karlos; NEVINS, Andrew. *Morphotactics: The Basque Auxiliary and the Structure of Spellout*. Dordrecht: Springer, 2012.
3. CAMPETELA, Cilene. Análise do sistema de marcação de caso nas orações independentes da língua Ikpeng. Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 1997.
4. CAMPETELA, Cilene. Aspectos prosódicos da língua Ikpeng. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 2002.
5. CHAGAS, Angela Fabiola Alves. O verbo Ikpeng: estudo morfossintático e semântico-lexical. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 2013.
6. CINQUE, Guglielmo. *Adverbs and functional heads: A cross-linguistic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
7. EMBICK, David. *Localism versus Globalism in Morphology and Phonology*. Cambridge: MIT Press, 2010.
8. GEORGI, Doreen. A relativized probing approach to person encoding in local scenarios. *Linguistic Variation*, 12.2, 2013.
9. HALLE, Morris. Distributed Morphology: Impoverishment and Fission. *MIT Working Papers in Linguistics*, 30, 1997.
10. HALLE, Morris; MARANTZ, Alec. Distributed Morphology and the pieces of inflection. In: HALE, Kenneth; KEYSER, Samuel Jay (Org.). *The view from building 20: Essays in Linguistics in honor of Sylviam Bromberger*. Cambridge: Cambridge, 1993.
11. HARBOUR, Daniel. Discontinuous agreement and the syntax-morphology interface. In: *Phi theory: Phi-features across modules and interfaces*. HARBOUR, Daniel; ADGER, David, BÉJAR, Susana (Org.). Oxford: University Press, 2008.
12. HARBOUR, Daniel. “Not plus” isn’t “not there”: Bivalence in person, number, and gender. In: *ReVEL*, v. 13, n. 24, 2015

- MATUSHANSKY, Ora; MARANTZ, Alec (Org.). *Distributed Morphology Today: Morphemes for Morris Halle*. Cambridge: MIT Press, 2013.
13. HARLEY, Heidi. On the identity of roots. Versão disponível em lingbuzz/001527. 2014.
 14. HARLEY, Heidi; RITTER, Elizabeth. Person and number in pronouns: A feature-geometric analysis. *Language*, 78, 2002.
 15. HARRIS, James; HALLE, Morris. Unexpected plural inflection in Spanish: Reduplication and metathesis. *Linguistic Inquiry*, 36, 2005.
 16. KIPARSKY, Paul. "Elsewhere" in phonology. In: ANDERSON, Stephen; KIPARSKY, Paul (Org.). *A festschrift for Morris Halle*. New York: Holt, Richard and Winston, 1973.
 17. LEITE, Y. F. Para uma tipologia ativa do Tapirapé: Os clíticos referenciais de pessoa. *Cadernos de Estudos Lingüísticos* (UNICAMP), Campinas, v. 18, p. 37-56, 1990
 18. MCGINNIS, Martha. On markedness asymmetries in person and number. *Language* 81, 2005.
 19. MONSERRAT, Ruth; SOARES, Marília Facó. Hierarquia referencial em línguas Tupi. *Ensaio de Linguística: Cadernos de Linguística e Teoria da Literatura*, v.5, n.9, p. 164-187, 1983.
 20. NEVINS, Andrew. The representation of third person and its consequences for person-case effects. *Natural Language and Linguistic Theory* 25, 2007.
 21. NEVINS, Andrew. Multiple agree with clitics: Person complementarity vs. omnivorous number. Versão disponível em lingbuzz/001090. 2011.
 22. NEVINS, Andre; SANDALO, Filomena. Markedness and morphotactics in Kadiwéu [+participant] agreement. *Morphology*, 2010.
 23. PACHECO, Frantomé Bezerra. Aspectos da gramática Ikpeng (Karíb). Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 1997.
 24. PACHECO, Frantomé Bezerra. Morfossintaxe do verbo Ikpeng (Karíb). Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 2001.
 25. SEKI, Lucy. Kamaiurá (Tupi-Guarani) as an active-stative language. In: PAYNE, Doris L. (org.) *Amazonian Linguistics: studies in lowland South American languages*. Austin: University of Texas Press, 1990.

ABSTRACT: This article has Distributed Morphology (Halle and Marantz, 1993) as its theoretical framework and has two main objectives. The first objective is descriptive: reanalyze the person verbal markers of Ikpeng, a language from the Cariban family, as clitics and the number suffixes as the result of Fission on those clitics. The second is theoretical: explore the explanatory power of the modular Spellout of Arregi and Nevins (2012). We make a proposition of the Ikpeng verb derivation in the syntax and post-syntax, demonstrating how the interaction of different morphological operation can handle person hierarchy effects and the positioning of morphemes.

KEYWORDS: Ikpeng; Cariban Language; Distributed Morphology; Post-syntactic operations.

Artigo recebido no dia 09 de dezembro de 2014.

Artigo aceito no dia 16 de março de 2015.